

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.119 - RS (2018/0079650-8)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : LUIZ MARIO MULLER**  
**ADVOGADOS : HÉLDER GONÇALVES DIAS RODRIGUES - PR022040**  
**ALEX FREZZATO - PR037966**  
**DANIELA APARECIDA RODRIGUES E OUTRO(S) - PR065231**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## **EMENTA**

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução a este Superior Tribunal de questões federais não debatidas no Tribunal de origem, a teor das Súmulas 282/STF e 211/STJ
2. No caso, o Tribunal **a quo** não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 43 e 311, IV, do CPC/2015 e 17, § 4º, da Lei 10.259/01, sendo certo, outrossim, que a parte recorrente nem sequer opôs embargos declaratórios.
3. Para o prequestionamento da matéria, não basta que a Corte de origem considere prequestionadas as matérias suscitadas pelas partes, mas que tenha efetivamente analisado o tema controvertido.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator